

CONSTRUINDO A SOBERANIA ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DO CONSUMIDOR IDOSO

Shirleyde Alves dos Santos (*Mestre em Saúde Pública, professora do Departamento de Agroecologia e Agropecuária e da Universidade Aberta à Maturidade-UEPB*). E-mail: shirleyde.santos@gmail.com

Cristian José Simões Costa (*Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA-UFCG*).
E-mail: cristiancost@gmail.com

Glauce Suely Jácome da Silva (*Advogada, especialista em Direito do Consumidor, professora da Universidade Aberta à Maturidade-UEPB*). E-mail: glaucejacome@hotmail.com

Rozeane Albuquerque Lima (*Mestre em História, professora do Departamento de História e da Universidade Aberta à Maturidade-UEPB*). E-mail: rozeanelima@hotmail.com

RESUMO

O trabalho ora apresentado ocorreu com o objetivo de informar, familiarizar e conscientizar o consumidor idoso sobre as polêmicas geradas em torno do uso de agrotóxicos, de transgênicos e de alimentos industrializados. Foram abordados quatro campos de saber: a História dos Alimentos e da Saúde no Brasil, o Direito do Consumidor, a Agroecologia e os debates em torno dos Recursos Hídricos. Foi elaborada uma apresentação/oficina que foi realizada na Universidade Aberta à Maturidade-UEPB, em Campina Grande-PB, no mês de julho de 2015 para três grupos com, em média 40 idosos cada, em três dias diferentes. As oficinas ocorreram no formato de aula temática dialogada, com a duração média de 4 horas e a condução do debate foi feita pelos autores deste texto. Este é um trabalho em construção permanente, mas acreditamos que a semente foi plantada no sentido de despertar para os hábitos de consumo e suas consequências na qualidade de vida do idoso. Ao ministrarmos as oficinas nos deparamos com um quadro de desinformação mais acentuado do que o esperado, e pela quantidade de questionamentos e participação ativa, podemos destacar que as oficinas apenas despertaram a curiosidade e abriram um canal de debate que precisa ser alimentado para que a educação cumpra o seu papel de libertar os sujeitos, de torná-los protagonistas, de empoderar pessoas que estão à margem da sociedade não por terem escolhido, mas porque um sistema assim montado lhes reservou este lugar.

Palavras-chave: Educação e saúde; Direito do consumidor; Segurança alimentar e hídrica.

ABSTRACT

The work presented here was aimed to inform, familiarize and educate the elderly consumer of the controversy generated around the use of pesticides, transgenic and processed foods. Four fields of knowledge were approached: History of Food and Health in Brazil, the Consumer Law, the Agroecology and debates on Water Resources. A presentation/workshop was held at the Universidade Aberta à Maturidade/UEPB in Campina Grande-PB in July 2015 for three groups with 40 subjects each on average, on three different days. The workshops took place in the dialogue-class format, with the average duration

of 4 hours and the conduct of the debate was made by the authors of this text. This is a work in permanent construction, but we believe that the seed was planted for the reawakening to consumer habits and their consequences on the quality of life of the elderly. During the workshops we face a steeper disinformation framework than expected, and for the amount of questions and active participation, we can highlight that the workshops only aroused the curiosity and opened a debate channel that needs to be fed for education fulfills its role of freeing the subject, to make them protagonists, to empower people on the margins of society not because they have chosen, but because the system booked them on this place.

Key words: Education and Health; Consumer's Law; Food and Water Safety.

INTRODUÇÃO

Na década de 1960 o Brasil vivenciou o período que ficou conhecido por milagre econômico brasileiro (SKIDMORE, 1988). O crescimento econômico acima da média nacional elevou o padrão de consumo da classe média brasileira e, somando-se a uma industrialização iniciada na primeira metade do século XX, modificou também os hábitos culturais e alimentares. Paulatinamente o brasileiro deixou de ir à feira, onde tinha contato direto com o vendedor, podia indagar sobre qualidade e origem do produto, e começou a frequentar o supermercado, espaço do silêncio, do produto industrializado em primeiro plano, do consumo impulsivo, compulsivo, midiático, numa relação indireta e desequilibrada.

Não foi apenas o espaço urbano que se transformou. O espaço rural saiu do modelo da agricultura familiar e começou a implementar um modelo de agronegócio baseado na monocultura, no latifúndio, na mecanização e pautado na demanda do mercado internacional. Com o argumento de aumentar a produção, chegaram os agrotóxicos e, logo em seguida, os transgênicos. Utilizados sem que as pesquisas sejam conclusivas, eles representam um risco à saúde de quem os manipula e consome e ao meio ambiente, uma vez que seu uso polui solo e água.

Um último capítulo neste debate foi adicionado recentemente, com a discussão a respeito do acesso à informação sobre o produto pelo consumidor. Nos referimos à possibilidade do símbolo que indica que o alimento industrializado é transgênico não ser mais obrigatório nas embalagens do produto.

Diante deste cenário, o direito de acesso à informação e o direito a consumir um produto sem riscos, a possibilidade de contaminação de solo e águas e a mudança no estilo de vida, consideramos o consumidor idoso mais vulnerável, quer pela dificuldade de acesso às novas tecnologias, por onde as informações têm sido mais discutidas, quer pela dificuldade de

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

deslocamento para as feiras agroecológicas, ainda em pequeno número, espalhadas pelo Brasil, ou ainda pela falta de empoderamento para escolher seus próprios itens de consumo, ele sofre as consequências desta mudança de hábitos culturais e alimentares mais que outros grupos.

O consumo de produtos industrializados, com alto teor de sódio, pode agravar os problemas de pressão arterial; a gordura trans, presente em alguns destes alimentos pode provocar o entupimento das artérias; a modificação genética de produtos e o uso de corantes podem acarretar problemas alérgicos. Ao considerarmos a hipervulnerabilidade do idoso, estes problemas podem ser potencializados e agravados.

O trabalho ora apresentado ocorreu com o objetivo de informar, familiarizar e conscientizar o consumidor idoso sobre as polêmicas geradas em torno do uso de agrotóxicos, de transgênicos e de alimentos industrializados.

METODOLOGIA

Realizamos um trabalho de Educação para a Saúde unindo quatro campos de saber distintos: a História dos Alimentos e da Saúde no Brasil, o Direito do Consumidor, a Agroecologia e os debates em torno dos Recursos Hídricos.

Definidos os temas, foi elaborada uma apresentação/oficina que inicialmente foi realizada na Universidade Aberta à Maturidade- UEPB, em Campina Grande-PB, no mês de julho de 2015 para três grupos com, em média, 40 idosos cada, em três dias diferentes. As oficinas ocorreram no formato de aula temática dialogada, com a duração média de 4 horas e a condução do debate foi feita pelos autores deste texto. A intenção era a de informar, mas também a de estabelecer um diálogo entre o saber proveniente da experiência das turmas e o conhecimento acadêmico sobre soberania alimentar em um encontro que tinha por norte a educação inclusiva, contextualizada e libertadora (FREIRE,1980). Consideramos o espaço que os alunos habitam, os hábitos de consumo, a gastronomia local, os hábitos culturais, o papel deles na sociedade, na família, e a capacidade de transformação de seus hábitos a partir do conhecimento, da problematização da realidade e do seu papel na sociedade e na família em que está inserido.



Raposo T. Estagiário UAMA. Fotografia para: Aula temática 2ª turma UAMA-UEPB. 2015 jul 8.

Em um primeiro momento foram discutidas a origem dos alimentos e a construção dos hábitos alimentares brasileiros, tentando compreender como deixamos de comprar em feiras livres para ir aos supermercados, e a influência do processo de industrialização e mecanização do campo nesta mudança de hábitos. Em seguida foi apresentado um histórico das doenças no país, por período, tentando relacionar as doenças aos hábitos de higiene e alimentares de cada época.

Em um segundo momento esta discussão foi complementada por um debate fundamentado no Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei Federal no 8078/1990, que assegura uma Política Nacional das Relações de Consumo, que tem como objetivos a proteção da saúde e da segurança do consumidor, sua melhoria da qualidade de vida, além da transparência e harmonia nas relações. Os principais pontos discutidos foram o direito à proteção da vida, da saúde e da segurança e o direito à informação. Estes tópicos foram articulados ao consumo de água e alimentos pelo idoso.

A proteção à qual o Código se refere baseia-se no reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor diante do fornecedor, a partir desta consideração, a legislação cria garantias para o equilíbrio da relação. O consumidor é mais fraco na relação, visto que não detém os meios de produção, não decide quando, nem o quê produzir e, para satisfazer suas necessidades, fica submetido às condições impostas pelo fornecedor. Nesta rede de proteção, alguns direitos

básicos são assegurados ao consumidor. O primeiro deles é a proteção da vida, da saúde e da segurança (art. 6º, I do CDC) que implica no dever para o fornecedor de somente colocar no mercado, produtos que não acarretem riscos ao consumidor.

Ao lado deste, temos outro direito que guarda estreita relação com a segurança, é o direito à informação (art. 6º, III do CDC). A informação é condição *sine qua non* para a aquisição de produtos de forma consciente e segura. O objetivo da informação é que o consumidor tenha segurança para aquisição dos produtos. Esta informação deve ser completa, correta, ostensiva, precisa, de forma a garantir que o consumidor não seja induzido ao erro na hora da compra, sendo este dever do fornecedor.

Durante a oficina, os participantes idosos questionaram o tipo de informação contido nos rótulos dos alimentos e sobre a dificuldade de diálogo com o fabricante para eliminar dúvidas. Também questionaram sobre os transgênicos (alguns sequer sabiam da existência destes produtos no mercado) e a segurança que estes tipos de alimentos oferecem, sendo informado pelos professores que não havia ainda conclusões científicas sobre tais alimentos e que a legislação atualmente aprovada dificultava a liberdade de escolha dos consumidores que já não poderiam optar entre transgênicos ou não.

Foi esclarecido que os produtos transgênicos¹ são obtidos através de uma tecnologia que altera a sua constituição, e são amplamente utilizados na agricultura convencional em conjunto com os agrotóxicos.

No caso dos alimentos, é cogente a necessidade de informação sobre características, composição e origem, conduzindo o consumidor para uma escolha racional e livre. A decisão de compra dos alimentos não pode estar restrita apenas à conveniência e preço, mas principalmente a critérios de qualidade, nutrição e sustentabilidade ambiental, desta maneira, apenas com informações sobre a procedência, composição e distinções é que o consumidor poderá adquirir gêneros alimentícios com completa garantia, inclusive de que o bem, para ser produzido, não causou danos ao meio ambiente.

¹ Transgênico é uma variedade de organismo geneticamente modificado (OGM), caracterizado por receber material genético (RNA ou DNA) de outra espécie. Cabe ressaltar que nem todo [organismo geneticamente modificado](#) (OGM) é transgênico. OGM são organismos que tiveram o seu genoma modificado em laboratório, sem necessariamente receber material genético ([RNA](#) ou DNA) de outro organismo.

Para o idoso, considerado consumidor hipervulnerável, as informações devem ser colocadas de forma clara e adequada por serem de extrema importância para garantir a segurança alimentar. Sem a possibilidade de consulta às informações devidas, o idoso não poderá escolher alimentos mais apropriados, não terá esclarecimentos para cuidados na hora da compra e isto dificultará o processo de envelhecimento saudável.

Tinha sido previamente solicitado que as turmas trouxessem uma lista de compras mensal com os respectivos preços dos alimentos. Ao analisar as listas, percebemos uma grande quantidade de produtos alimentícios industrializados em detrimento da pequena quantidade de frutas, verduras e legumes, e, ao serem indagados sobre as feiras agroecológicas, ninguém manifestou conhecimento sobre elas. Alguns apenas conheciam os alimentos orgânicos das prateleiras de supermercado e alegaram não comprar devido ao preço mais alto. O resultado desta atividade fundamentou o terceiro momento da apresentação que se dedicou a um breve histórico da agricultura brasileira, passando pela Revolução Verde e seu pacote tecnológico, até a discussão sobre o resgate das práticas agrícolas sustentáveis, a Agroecologia e a soberania alimentar. Vejamos:

A partir das décadas de 1950-1960, a agricultura chamada “convencional”, caracterizada por um padrão de produção agrícola intensiva de monocultura, mecanizada e com elevada utilização de insumos e venenos, é responsável pela produção para os grandes centros urbanos e para o exterior, priorizando assim produtos agrícolas específicos e altamente padronizados, denominados “commodities” (MÜHLBACH, 2009). Os alimentos produzidos são transformados em mercadorias, não importando a qualidade, nem o consumidor, mas apenas o lucro que podem dar. As empresas de insumos, máquinas, e de sementes transgênicas estão cada vez mais poderosas. Em contrapartida, muitas famílias de agricultores perderam sua qualidade de vida, estão endividadas e adoecendo, já que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos (LONDRES, 2011; MELO et al, 2012).

Para Altieri (2010), este tipo de agricultura industrial traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública e aos ecossistemas, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, e é responsável pela crescente deterioração dos sistemas agrícolas.

No final da década de 1920 começa a surgir uma alternativa para atenuar os problemas no campo, através de discussões entre duas ciências: a ecologia e a agronomia. Vários estudos foram desenvolvidos a partir de então e formaram as bases da Agroecologia. Atualmente, a Agroecologia continua a fazer conexão entre fronteiras estabelecidas, como podemos observar na construção deste trabalho (GLIESSMAN, 2009).

O movimento agroecológico incorpora à agricultura princípios éticos de responsabilidade com o ambiente, a sociedade e a saúde, tanto por parte das famílias agricultoras quanto de todos que estão envolvidos com a sua estruturação e promoção (THEODORO et al, 2009). Ele traz consigo a base da soberania alimentar, “definida como o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente” (ALTIERI, 2010, p. 24). Soberania alimentar está, portanto, relacionada ao acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, à autonomia local, à soberania energética e tecnológica e às redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010).

Lembrando o ditado popular “se o campo não planta, a cidade não janta”, destacamos a importância do esclarecimento da população em geral, e em especial à população idosa, sobre como nossos alimentos são produzidos, como a nossa cultura alimentar foi se modificando ao longo dos anos e, ainda, como isso tem afetado a nossa qualidade de vida.

Oportunizar o debate sobre os alimentos de origem agroecológica e sobre a soberania alimentar ao consumidor idoso pode garantir, ao mesmo tempo, o empoderamento e o direito de escolher entre alimentos orgânicos e transgênicos; direito este que, sem acesso à informação, é prejudicado.

Finalizando a aula temática, foi debatida a questão hídrica na perspectiva do idoso. Consideramos o debate sobre quantidade e qualidade da água disponível e consumida pertinente, haja vista a crise hídrica enfrentada pelo Brasil e o foco na gestão destes recursos, não apenas através de políticas públicas, mas também por meio de conscientização da população como um todo.

Podemos distinguir, inicialmente, dois discursos sobre a questão da água: a água como recurso natural e água ligada à qualidade de vida para os seres vivos. Essa visão é algo a ser compreendido e debatido por qualquer ator social com o objetivo de melhorar a visão dos conflitos existentes sobre uma perspectiva multidisciplinar dos usos múltiplos da água, inclusive pelo idoso.

Neste mês de julho de 2015 o Painel de Altos Especialistas em Segurança Alimentar, uma instância do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, divulgou um estudo, em âmbito mundial, sobre a água no contexto da segurança alimentar e nutricional, demonstrando, assim, a necessidade de entendimento sobre um olhar para os idosos, que é mais vulnerável à alteração da qualidade da água e, portanto, merece uma atenção especial. O estudo divulga ainda casos de sucesso que tem contribuído para amenizar o problema da gestão hídrica em regiões semiáridas, como o programa Um milhão de cisternas, aplicado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e financiado pelo Governo Federal (HLPE, 2015).

Ainda segundo o documento os autores destacam que “A água é essencial para a vida humana, e constitui um elemento chave para a segurança alimentar e nutricional”. Fisiologicamente a água é sem dúvida a grande aliada na qualidade de vida de qualquer ser vivo; principalmente para a pessoa idosa, a água é fundamental na regulação de diversas atividades vitais: na termorregulação, por exemplo, a água utilizada na transpiração atua na manutenção da temperatura corpórea; enquanto no sistema imunológico, ela é essencial no mecanismo de desintoxicação do organismo. Outra questão fisiológica para os idosos está relacionada à mobilidade, à necessidade de uma boa hidratação permite que a água, por exercer um papel lubrificante nas articulações através do líquido sinovial, diminua o atrito entre as partes móveis e, desta forma, contribua para o bem estar físico da população idosa.

O direito à água nos aspectos quantitativos e qualitativos é um direito universal. No Brasil, a Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, reafirma o direito à água das gerações presentes e futuras e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos. Porém, estamos vivenciando um estilo de vida em que não se reconhece o valor dos serviços ambientais (ANDRADE & ROMEIRO, 2009) para a preservação dos recursos hídricos, o que compromete a quantidade e a qualidade da água para consumo.

Pensar em preservar os recursos hídricos considerando a região semiárida significa adotar medidas ambientalmente sustentáveis (SACHS, 2002) e a adoção de cisternas para aproveitamento da água de chuva em ambientes urbanos como acontecia na década de 1950 pode ser considerada como uma alternativa importante em época de crise ou mesmo para não

sobrecarregar o sistema de fornecimento de água. “A prática de armazenar água em casa é importante não só pelo fato de ter esse recurso, mas também por criar o hábito de preservação dentro da família principalmente pelas crianças desse bem super precioso” relatou uma aluna da UAMA ao longo da oficina.

Outra questão debatida sobre a preservação dos recursos hídricos está relacionada com as nossas práticas cotidianas: a própria relação harmônica das práticas agroecológicas de não permitir a utilização de agrotóxicos e das práticas de proteção do solo através da cobertura vegetal e da preservação de nascentes permite que o próprio ambiente continue a fornecer os serviços ambientais tais como o abastecimento dos rios e aquíferos com água de boa qualidade fundamental para qualidade de vida e na produção de renda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este é um trabalho em constante construir-se. A primeira etapa, já finalizada foi aqui explicitada: uma semente plantada no sentido de despertar para os hábitos de consumo e suas consequências na qualidade de vida do idoso. Pela quantidade de questionamentos, pela participação ativa, além do interesse no tema por parte dos grupos que assistiram a aula, consideramos o trabalho de provocar a formação de uma consciência para o consumo de alimentos e água de boa qualidade satisfatório. As listas de compras que chegaram demonstraram um descompasso entre alimentos naturais e alimentos industrializados. Na lista abaixo temos um exemplo da ausência de frutas, legumes e verduras nas compras planejadas para o mês, e o consumo de produtos industrializados, dentre eles o requeijão, e de massas, como o macarrão, o que pode indicar a carência de vitaminas e nutrientes básicos para uma vida saudável.

Através das pesquisas e análises das notas de compras dos idosos ficou claro que a questão de manter uma vida saudável é bastante complexa e envolve uma teia entre produção, preservação, consumo consciente e o marketing comercial. Portanto, a educação contextualizada cria mecanismos para reflexão e abre um leque de possibilidades para melhoria da qualidade de vida.

Quantidade	Descrição	Valor	Descrição	Valor
3	feijão	4,20	Placa Compra	
1	vinagre	2,75	Sabonete →	4,49
1	café	4,50	esponja →	3,85
1	feijão	2,55	Amaciante →	7,0
1	cebola	1,00	leite condensado	3,98
1	paqueta de leite em pó	3,00	guardanapo	2,36
1	Sabão em pó	6,25	paqueta de leite	4,35
2	Óleo	5,50	amontoya →	4,59
1	Óleo de cozinha	3,00	cutela →	19,79
1	vinagre	1,50	Chargador	20,17
3X	Sal	1,20	regueirão	6,19
2	YPC - 1/2 Sul	7,00	amarelo	1,69
2	Bam Bam Bol	2,40	acucar →	7,49
1	pastel	1,70		
3	Alma de flor	6,30		
5	pastilha	7,20		
2	marco de fosforo	3,00		

Duas das turmas para as quais a aula temática foi ministrada eram concluintes e integrarão o Grupo de Convivência da Universidade Aberta à Maturidade da Universidade Estadual da Paraíba no próximo semestre. Em um segundo momento, ao final do ano de 2015, pretendemos realizar um encontro no formato de cine debate, exibindo e discutindo vídeos curtos sobre soberania e segurança alimentar na perspectiva do consumidor idoso. Para além da percepção de se houveram mudanças ou, pelo menos, conscientização nos hábitos de consumo, as atividades pretendem alertar para os riscos presentes na sacola de compras quando ela é resultado de compulsão, de impulso e de influência midiática. Há também a intenção de empoderar os participantes das atividades e torná-los multiplicadores dos conhecimentos construídos a partir da troca de experiências.

CONCLUSÃO

O fato do Brasil ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos evidencia um cenário no qual o debate em torno dos riscos à saúde causados pelo uso destas substâncias na agricultura ocupa um lugar à margem até mesmo na academia. O mesmo ocorre com os alimentos transgênicos: a falta de pesquisas conclusivas eleva o risco do seu consumo e leva um grupo de pesquisadores a questionar sobre a relação custo/benefício, sobre se o preço pago por uma produção neste modelo é realmente justo. Ao nos referirmos à relação pensamos

principalmente no consumo humano, mas os prejuízos para o meio ambiente e para as outras espécies também devem ser contabilizados.

Se há dúvidas sobre as consequências deste consumo pela população em geral, como não enfatizar o risco para uma população vulnerável como a idosa? Vulnerável por vários fatores, dentre eles pela falta de acesso ao debate que informa sobre agrotóxicos, transgênicos, agricultura familiar, Agroecologia, alimentos orgânicos e soberania alimentar.

Ao ministrarmos a oficina nos deparamos com um quadro de desinformação mais acentuado do que o esperado. A falta de conhecimento sobre os produtos que os idosos estavam levando para casa preocupa não apenas pelo direito que eles têm de acesso à informação e de consumir um produto que não apresente risco à saúde, mas também, e principalmente, pela falta de empoderamento deste grupo na hora de escolher o que quer de fato levar para casa, que modelo de agricultura eles querem ver em prática no país e pela falta de protagonismo, de posicionamento em uma questão que afeta a todos e, portanto, também e talvez de forma mais intensa, à população idosa.

As oficinas apenas despertaram a curiosidade e abriram um canal de debate que precisa ser alimentado para que a educação cumpra o seu papel de libertar os sujeitos, de torná-los protagonistas, de empoderar pessoas que estão à margem da sociedade não por terem escolhido, mas porque um sistema assim montado lhes reservou este lugar. O idoso não precisa preencher os requisitos criados pela sociedade para uma engessada identidade à ele atribuída. Com o saber em mãos ele pode mais, ele é mais do que a sociedade espera, do que a sociedade lhes reserva, do que a sociedade o molda e deseja dele mesmo. A educação liberta, empodera, rejuvenesce, ela não basta em si mesma, torna os sujeitos agentes multiplicadores, cidadãos críticos, mais capazes, mais questionadores, mais donos de si mesmos e do seu destino.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA. 2010 Jan-Jun; 13(16): 22-32.

ANDRADE, D. C., E ROMEIRO A. R., Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e bem-estar humano. Texto para Discussão. IE/UNICAMP. Campinas: n. 155, fev. 2009. 45p.

Código de defesa do Consumidor (BR). [Internet] Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Lei Nº 8.078. Brasília:1990 set 11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm Acesso em 10/06/2015.

Política Nacional de Recursos Hídricos (BR). [Internet]. Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Lei Nº 9.433/97. Brasília: 1997 jan 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm. Acesso em 03/06/2014

FREIRE P. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1980.

HLPE, 2015. Contribución del agua a la seguridad alimentaria y la nutrición. Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición, Roma 2015. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-9_ES.pdf. Acesso em 18/07/2015.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ªed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; 2009. 658p.

LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura alternativa; 2011. 190p.

MELO, M.C.A. et al. Alimentos agroecológicos: um encontro com a qualidade de vida. Recife/PE: Centro Sabiá; 2012. 28p.

MÜHLBACH R. Segurança alimentar e nutricional. INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO/ PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA – PROGERA. Cadernos Agroecológicos. Botucatu, São Paulo: Giramundo; 2009. 37p.

Centro de genética molecular. [Internet] Centro de Formação em Genética e Certificação Molecular. O que são Transgênicos. (BR) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2009. Disponível em: <http://www.cgm.icb.ufmg.br/oquesao.php>

SACHS I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond; 2002. 96p.

SKIDMORE T. Brasil: De Castelo a Tancredo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.

THEODORO, S.H; DUARTE, L.G.; ROCHA, E.L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S.H.; DUARTE, L.G.; VIANA, J.N. (orgs). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond; 2009 - (Terra Mater). pp 19-35.